



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150780 - AL (2021/0232329-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : RAFAEL LEITE DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADOS : LUCAS SILVA DE ALBUQUERQUE - AL010563
MARCELO HERVAL MACÊDO RIBEIRO - AL017225
ROBERTO BARBOSA DE MOURA - AL017366
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em habeas corpus com pedido de liminar interposto por RAFAEL LEITE DOS SANTOS contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC n. 0800735-96.2020.8.02.9002).

O recorrente está preso preventivamente pelo suposto descumprimento de medida protetiva de urgência, nos termos do art. 24-A da Lei n. 11.340/2006.

Nesta via, a defesa sustenta que o paciente sequer teve ciência sobre a decisão que estabeleceu as medidas protetivas - o que caracteriza notório constrangimento ilegal.

Acrescenta que não há que se falar em reiteração criminosa, pois não responde a qualquer processo criminal e que as circunstâncias judiciais são favoráveis à revogação da prisão preventiva.

Afirma que o decreto prisional não pode se fundar exclusivamente na gravidade em abstrato do delito; logo, não estão presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A prisão preventiva encontra-se fundada, em princípio, na garantia da ordem pública e na possibilidade de reiteração delitiva por parte do recorrente, conforme se extrai do seguinte excerto do acórdão recorrido (e-STJ fls. 161-163):

A propósito, os autos originários revelam distinta periculosidade no suposto modo de agir do paciente, periculosidade esta que é agravada pelos indicativos de reiteração delitiva que recaem sobre a sua pessoa, a reclamar o acautelamento provisório da sua liberdade, a fim de garantir não só a ordem pública, como, principalmente, a integridade física e psíquica da ofendida.

Com efeito, os fatos delitivos imputados ao paciente são sobremaneira graves e, ao que parece, ele vem reiterando em condutas criminosas dessa natureza (violência doméstica e familiar contra a Mulher).

Nessa toada, colhe-se dos autos que o paciente vem

sistematicamente ameaçando a vítima de morte, não lhe dando sossego desde que o casal rompeu o laço afetivo, há mais de 8 (oito) meses antes da sua prisão em flagrante.

Especificamente sobre o evento delitivo em apuração na origem, as testemunhas ouvidas e a vítima afirmaram que em 18/11/2020 o paciente compareceu embriagado na casa da ex-companheira e ficou batendo em sua porta. Segundo a ofendida, desde a separação ocorrida há oito meses, não tem sossego com as perturbações do conduzido que "lhe ameaça constantemente" (págs. 9). Nesse contexto, o magistrado tido como autoridade coatora converteu o flagrante em prisão preventiva sob os seguintes fundamentos:

(...)

De mais a mais, a decisão impugnada realizou a conversão em preventiva para preservar a ordem pública, dado o risco de reiteração criminosa do acusado. Tal risco está demonstrado não só pela conduta praticada no dia 18/11/2020, tida como delitiva, mas também pelo fato de o paciente responder a outros processos criminais, quais sejam o de autos nº 0000394-28.2014.8.02.0020 sob acusação de roubo, o de 0700228-28.2016.8.02.0070 sob a acusação de lesão corporal supostamente praticada contra a mesma vítima do processo de origem, para além os já citados autos de nº 0700206-81.2020.8.02.0020, também em contexto doméstico.

Desse modo, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência